

INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ADVOGADA: Julia Maria Pilla zur Nedden

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADO: BRENO AUGUSTO DOS SANTOS – Inexigibilidade de Licitação nº 039/2015.

CONTRATO: OCS Nº 123/2015.

OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de consultoria especializada referente ao acompanhamento do Contrato de Adiantamento por Conta de Futura Participação em Empreendimentos com Cláusula de Risco e Outras Avenças, de nº 97.2.051.1.1, e do Contrato de Adiantamento por conta de Futura Participação Societária, de nº 85.2.032.3.1, que envolvem o BNDES e a VALE S.A. ("VALE"), conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pelo CONTRATADO.

VALOR: R\$ 1.697.500,00 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 meses, a contar de sua assinatura.

AUTORIZAÇÃO: em 07/04/2015, pelo Sr. Superintendente da Área de Insumos Básicos, no âmbito da IP AIB/DEINB/GEINB1 nº 007/2015, de 20/03/2015.


PRONUNCIAMENTO JURÍDICO: Nota AIB/JUINB nº 01/2015, de 26/01/2015.

FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: Lei nº 8.666/93, art. 25, inciso II.

CERTIDÕES VÁLIDAS ANEXADAS NO SAP – CASO RCTD00382015

- Tributos e Contribuições Federais
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade do CNJ

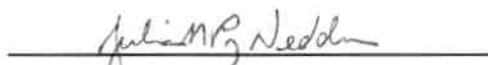
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 10/04/2015.



Thaís Pimenta Ferreira da Cruz

Estagiária

AA/DEJUR/GEJUR2



Julia Maria Pilla zur Nedden

Coordenadora

AA/DEJUR/GEJUR2



César Santos Rodrigues

Gerente

AA/DEJUR/GEJUR2



Marcelo Simon da Silva

Chefe de Departamento

AA/DEJUR

CONTRATO OCS Nº 123/2015
SAP Nº 4400001173

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E BRENO
AUGUSTO DOS SANTOS, NA FORMA
ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, n.º 100, CEP 20031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **BRENO AUGUSTO DOS SANTOS**, domiciliado em Avenida Rui Barbosa, n.º 289, São Francisco, Niterói – RJ, CEP 24360-440, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 003.811.362-72, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 039/2015, com fundamento no artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93, autorizado em 07/04/2015, por intermédio da IP AIB/DEINB nº 07/2015, de 20/03/2015, publicado no DOU em 09/04/2015, seção 3, página 123, conforme previsão orçamentária sob a rubrica de nº 3102200020, centro de custo nº BN42004000, observado o disposto na Lei nº 8.666/93, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria especializada referente ao acompanhamento do Contrato de Adiantamento por Conta de Futura Participação em Empreendimentos com Cláusula de Risco e Outras Avenças, de nº 97.2.051.1.1, e do Contrato de Adiantamento por conta de Futura Participação Societária, de nº 85.2.032.3.1, que envolvem o **BNDES** e a VALE S.A. ("VALE"), conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes da Proposta apresentada pelo **CONTRATADO** e do Projeto Básico, respectivamente, Anexos II e I deste Contrato, observando-se especialmente, quanto a este último, o seu item 2.

Parágrafo Único

O **BNDES** convocará o **CONTRATADO** a comparecer em reuniões a serem realizadas com intuito de:

- I. acompanhamento da execução;
- II. esclarecimento de dúvidas;
- III. discussão, durante a fase de recebimento dos produtos, dos ajustes necessários nos relatórios apresentados.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento dos Relatórios Trimestrais de Acompanhamento, dos Relatórios Ad Hoc e dos Relatórios de tempo (*time sheets*) referentes às Atividades Ad Hoc, através do Gestor indicado na Cláusula Nona deste Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Primeiro

Os Relatórios serão recebidos provisoriamente, quando da respectiva execução, mediante Termos de Recebimento Provisório, para posterior verificação de suas conformidades com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

- I. o **CONTRATADO** será convocado a efetua-los, às suas expensas, no prazo estipulado pelo Gestor do contrato. A concessão de prazo para ajustes, correções e/ou substituições não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Segunda deste Instrumento;
- II. realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo **BNDES**, será emitido novo Termo de Recebimento Provisório, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo **BNDES**; e
- III. não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado total ou parcialmente, podendo o Contrato ser rescindido pelo **BNDES**, sem prejuízo da instauração de procedimento punitivo para a aplicação de penalidade.

Parágrafo Segundo

Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, o **BNDES** receberá definitivamente os Relatórios, através da emissão de Termos de Recebimento Definitivo, sendo

observado que o recebimento definitivo dos Relatórios:

- I. constitui condição indispensável para o pagamento dos valores ajustados;
- II. não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia do serviço realizado;
- III. não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 1.697.500,00 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), conforme Proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula Sexta deste Instrumento, e a seguinte composição:

- I. até R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais) pela confecção de Relatórios Trimestrais de Acompanhamento, ao custo unitário de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) cada;
- II. até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pelas atividades *Ad Hoc*, ao custo unitário de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a hora; e
- III. até 117.500,00 (cento e dezessete mil e quinhentos reais) por despesas de viagens (passagem e hospedagem), autorizadas nos termos da Política de Gastos com Viagens, conforme item 7 do Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto no *caput* desta Cláusula, não será devida indenização ao **CONTRATADO**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, trimestralmente, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou

equivalente), desde que tenha sido efetuado o ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Segundo

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

Parágrafo Terceiro

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. período de referência da execução do objeto;
- IV. nome e número do CPF do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal foi avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- V. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VI. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CPF constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VII. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- VIII. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- IX. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- X. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003; e
- XI. número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP).

Parágrafo Quarto

Ao documento fiscal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;

- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado; e
- V. comprovante de que o **CONTRATADO** recolheu para o Regime Geral de Previdência Social, no mês respectivo, sobre o limite máximo do salário-de-contribuição ou em valor inferior, se for o caso.

Parágrafo Quinto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Sexto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sétimo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Oitavo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

Parágrafo Nono

Para a efetivação do pagamento relativo a viagens autorizadas e realizadas, o **CONTRATADO** deverá emitir e apresentar ao **BNDES** documento fiscal, tal como previsto no *caput* e observados os demais requisitos listados nesta Cláusula, relacionando as despesas e respectivos valores, cumprindo-lhe também anexar os comprovantes listados no item 7 do Projeto Básico (Anexo I deste Instrumento) ou solicitados pelo Gestor do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo

CONTRATADO a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia 26/01/2015, data da Proposta (Anexo II do Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do índice IPCA/IBGE acumulado no respectivo período, sobre o preço referido na Cláusula Quinta.

Parágrafo Segundo

A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/93, poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão;
- III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e
- IV. o **BNDES** examinará o requerimento e informará ao **CONTRATADO** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se ainda que:

- I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;
- II. caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

- III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos mesmos, operando-se a renúncia ao direito.

Parágrafo Quinto

O reajuste de preços será formalizado por meio de apostilamento ao Contrato, ressalvada a hipótese em que tal evento coincidir com alteração contratual, quando será objeto de aditamento, ressaltando-se que, no caso de apostilamento, o resultado da análise do pedido de reajuste de preços será informado ao **CONTRATADO** por meio de carta.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. observar, na execução do objeto do contrato, todas as condições estabelecidas na sua Proposta e no Projeto Básico;
- III. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- IV. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou materiais empregados;
- V. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- VI. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VII. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando

optante do SIMPLES:

- a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b) enquadrar-se em alguma das exceções previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VIII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- IX. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a adequada execução do Contrato;
- X. corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto ou administração do Contrato, sem qualquer ônus adicional, cumprindo todas as determinações do **BNDES**;
- XI. designar 1 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- XII. impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- XIII. cumprir, durante a execução do Contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo o único responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se desde já, que o **BNDES** poderá descontar de qualquer crédito do contratado a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha a efetuar por imposição legal;
- XIV. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do Contrato;
- XV. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;
- XVI. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo o **CONTRATADO** ser instado a intervir no processo; e
- XVII. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES**, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestora do Contrato, Natalia Paiva do Nascimento Visconti, que atualmente exerce a função de Gerente do AIB/DEINB, a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar como substituta da Gestora do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Ana Carolina Soares Gomes que, atualmente exerce a função de geóloga do AIB/DEINB;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;
- V. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação do serviço:

- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no Inciso anterior:
 - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato; e
 - b) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

- IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato; e
- V. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado, Anexo III a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO DE CRÉDITOS E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Único

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa:
 - a) de até 0,30% (trinta centésimos por cento), por dia de atraso na entrega de relatórios, incidente sobre o valor da parcela referente aos relatórios não entregues, limitado a 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;
 - b) de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto no inciso anterior, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração; e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

As sanções previstas nos Incisos II e IV desta Cláusula também poderão ser aplicadas nas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e
- III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o Contrato, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, o **CONTRATADO** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o Contrato o Projeto Básico, a Proposta do Contratado e o Termo de Confidencialidade, respectivamente, Anexos I, II e III ao presente Instrumento, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos, prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Segundo

Caso haja contradição entre os termos da Proposta do Contratado, o Termo de Confidencialidade e o Projeto Básico, respectivamente anexos II, III e I prevalecerá o estabelecido nestes.

Parágrafo Terceiro

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Julia Maria Pilla zur Nedden, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

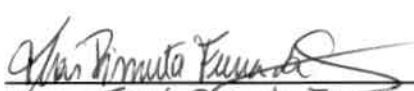
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015.


BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL –
BNDES


BRENO AUGUSTO DOS SANTOS

Testemunhas:


Nome: Thaís Pimenta Ferreira da Cruz
CPF: 150148057-03


Nome: Vinícius F. de Almeida
CPF: 141.058.927-45

CARTÓRIO 10º OFÍCIO DE NITERÓI

RUA GAVIÃO PEIXOTO, Nº 148, LOMA SUL, NARAI, NITERÓI
TEL. (21) 3419-5135 / (21) 2419-4791 - EDNEIRO RODRIGUES DA SILVA - Titular

089540
AA065143

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: BRENO AUGUSTO DOS SANTOS.

Niterói, 10/04/2015. R\$6,05. 28E09F08

Em test.  da Verdade. Conf. por: _____.

MARTA DE FATIMA SANT ANA DA SILVA - Substituta-Mat.: 94/4488

EAMP69892 - EDD Consulte em www3.tri.jus.br/sitepublico

Maria de Fatima Sant Ana da Silva
Substituta
Matrícula 94/4488



ANEXO 1 - PROJETO BÁSICO

1. Objeto

O objeto do contrato administrativo a ser celebrado será a prestação de serviços de consultoria especializada, no âmbito do acompanhamento inerente ao Contrato de Adiantamento por Conta de Futura Participação em Empreendimentos com Cláusula de Risco e Outras Avenças nº 97.2.051.1.1 e ao Contrato de Adiantamento por Conta de Futura Participação Societária de nº 85.2.032.3.1, firmados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e a VALE S.A. ("VALE"). O objeto da contratação englobará as seguintes atividades:

(i) Confecção de Relatórios Trimestrais de Acompanhamento, com o seguinte conteúdo mínimo:

i.1. Discriminação das atividades de acompanhamento realizadas, dentre as seguintes:

- i.1.1. Acompanhamento dos registros dos direitos minerários, inerentes aos contratos, bem como da realização de novos requerimentos ou descartes pela VALE junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), e a comprovação de haver pleiteado, quando necessária, a averbação de instrumentos jurídicos ou de quaisquer solicitações referentes a esses direitos perante a mencionada autarquia;
- i.1.2. Verificação dos Resultados dos Trabalhos de Pesquisa realizados na província mineral de Carajás, Estado do Pará, acompanhando a eventual confirmação ou descoberta de substâncias minerais.
- i.1.3. Análise dos relatórios apresentados pela VALE relativos aos referidos contratos;

i.2. As atividades de acompanhamento descritas nos itens i.1.1, i.1.2 e i.1.3 acima deverão ser registradas da seguinte forma:

- i.2.1. A atividade a que se refere o item i.1.1 deverá ser consubstanciada em Relatório de controle de direitos minerários, incluindo controle dos processos, alvarás de pesquisa e de renovação, oriundos dos contratos supramencionados;
- i.2.2. A atividade a que se refere o item i.1.2 deverá ser consubstanciada em Relatório de Análise, incluindo Tabela Sumário referente às demandas detectadas pelo contratante, com as respectivas datas de solicitação e a situação atual de cada uma;

i.2.3. A atividade a que se refere o item i.1.3 deverá ser consubstanciada em Relatório de análise.

- Para a realização do mencionado acompanhamento está planejada a realização de viagens periódicas a Minas Gerais e a Carajás, para verificação da evolução física dos trabalhos desenvolvidos nos alvos.

i.3. Os Relatórios Trimestrais deverão atender, ainda, às seguintes especificações:

- Formato A4 (21,0 x 29,7 cm);
- Texto cor preta;
- Ilustração pode ser colorida;
- Fonte tamanho 12 para o texto;
- Fonte tamanho 10 para citação longa, nota de rodapé, legenda e paginação;
- Fontes (Times New Roman ou Arial);
- Margens: superior 3cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm, direita 2 cm;
- Parágrafo com recuo de 2 cm;
- Citação longa (+ 3 linhas) com recuo de 4 cm;
- Espaço 1,5 - todo o texto;
- Dois espaços de 1,5 - separando cada título e subtítulos do texto que os precede e os que sucedem;
- Espaço simples para citação longa, nota de rodapé, referências, legendas;
- Dois espaços simples entre uma referência e outra;
- As folhas devem ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos. A contagem será feita a partir da folha de rosto. A numeração, no entanto, deve aparecer somente a partir da primeira folha textual (introdução) e sendo consecutiva até o final do trabalho;
- Tabelas: o título deve aparecer na parte superior, precedido da palavra "Tabela" seguida de seu número de sequência de ocorrência no texto em algarismos arábicos. Se não couber em uma única folha, deve ser continuada na folha seguinte e, nesse caso, não é delimitada por traço horizontal na parte inferior, sendo o título e o cabeçalho repetidos na nova folha. Por fim, sua inserção deve estar próxima ao texto respectivo.

- Durante o prazo de vigência contratual, será entregue um total de 20 (vinte) Relatórios Trimestrais.

(ii) Atividades Ad Hoc, realizadas de forma extraordinária, consubstanciadas em:

ii.1. Realização de estudos específicos que contenham argumentações técnicas e apontem alternativas para maximizar o retorno econômico

do investimento do Banco, bem como auxílio na definição de fórmulas para o cálculo dos *royalties* em razão do minério/alvo;

- ii.2. Acompanhamento da implantação da lavra e do aproveitamento dos ativos minerais pertencentes aos contratos;
- ii.3. Quaisquer avaliações e estudos relacionados aos Contratos nº 97.2.051.1.1 e nº 85.2.032.3.1 que se façam necessários.

- **As Atividades Ad Hoc serão realizadas de forma excepcional e comprovadas nos termos do item 2, sendo solicitadas mediante a expedição de Ordens de Serviço pelo Gestor do contrato.**

2. Execução do Objeto

O objeto desta contratação será executado nas dependências da contratada ou em local a ser indicado pelo BNDES (no caso da necessidade de realização de viagens), observado o disposto no item 7 deste Projeto Básico.

Os Relatórios Trimestrais deverão ser entregues até o décimo dia útil dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante a vigência do contrato.

A comprovação das horas totais trabalhadas no mês referentes às Atividades Ad Hoc porventura realizadas será feita por meio do envio de relatório de tempo (*time sheet*) do prestador de serviço, até o décimo dia útil do mês subsequente àquele em que for verificada a sua necessidade, mediante a expedição de Ordem de Serviço.

Os Relatórios Trimestrais, os Relatórios Ad Hoc e os relatórios de tempo acima referidos deverão ser enviados à Avenida Chile, 100, 8º andar, ET46, aos cuidados da Gestora do contrato, Sra. Natalia Paiva do Nascimento Visconti. No caso dos relatórios de tempo, poderá ser utilizada a via eletrônica (endereçar e-mail à Gestora do contrato).

3. Reuniões

Serão realizadas reuniões com o escopo de a) acompanhamento da execução; b) esclarecimento de dúvidas da contratada; c) discussão, durante a fase de recebimento dos produtos, dos ajustes necessários nos relatórios apresentados. As referidas reuniões integram a dinâmica da execução dos serviços relacionados no item 1 acima, razão pela qual já estão inseridas no preço global do contrato.

4. Perfil do Profissional

Para a realização do objeto a ser contratado, será necessário um geólogo especializado em pesquisa mineral, com profundo conhecimento da região de Carajás, segundo a especificação abaixo:

- Profissional de alta especialização, com visão estratégica e interdisciplinar e capacidade de liderança e geração de conhecimento. Experiência mínima de 10 anos.

Além da especialização, tal profissional deve possuir experiência no acompanhamento de pesquisas minerais.

5. Recebimento

O BNDES efetuará o recebimento dos Relatórios Trimestrais de Acompanhamento, dos Relatórios Ad Hoc e dos relatórios de tempo (*time sheets*) referentes às Atividades Ad Hoc, observando os seguintes procedimentos:

I. Recebimento Provisório – Os relatórios serão recebidos provisoriamente, quando da respectiva entrega, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes do contrato e da proposta da contratada;

II. Recebimento Definitivo – Os relatórios serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas, constantes no contrato), e da quantidade, e o pertinente aceite pela Gestora do contrato, designada pelo BNDES para tal fim, após a verificação do cumprimento das obrigações assumidas. Para comprovar a aceitação, será emitido pela Gestora o Termo de Recebimento Definitivo, o que autorizará o pagamento dos itens executados.

6. Forma de Pagamento

O Contratado deverá especificar em sua proposta o valor total do objeto a ser contratado e os valores das parcelas, discriminando os respectivos valores unitários, utilizando, para tanto as Planilhas de Preços a seguir:

Tabela 1:

Produto (P1)	PREÇO* (R\$)
Relatórios Trimestrais	

Julia M. P. zur Nedden
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

Tabela 2:

Serviço	Preço Total* (R\$)
Atividades Ad Hoc	

Valor Total dos Serviços (Tabela 1 + Tabela 2)	
Despesas estimadas com viagens*	R\$ 117.500,00
Valor Total	

*considerando o prazo de 60 (sessenta) meses.

Ressalte-se que o valor dos encargos sociais e trabalhistas incidentes, do custo dos insumos, contribuições fiscais e parafiscais, dos custos administrativos e dos tributos incidentes sobre o serviço, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto, deverão estar incluídos no valor da proposta.

O BNDES efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal respectivo, desde que tenha sido efetuado o recebimento pela Gestora do Contrato das obrigações contratuais assumidas.

7. Despesas de Viagens

Entende-se por despesas de viagem os gastos realizados com passagens aéreas, hospedagem, transporte terrestre intra e intermunicipal e alimentação, devidamente comprovados.

A seguir apresentaremos a estimativa desses gastos e os procedimentos a serem observados para que sejam passíveis de reembolso pelo BNDES.

a) **Passagens aéreas:** o BNDES estimou um quantitativo de 50 viagens (ida e volta) durante o prazo de duração do contrato para o profissional contratado, no valor de R\$ 65.000,00 [50 x R\$ 1.300,00¹], considerando para o cálculo valores médios de passagens para voos domésticos. Deverão ser feitas viagens para Minas Gerais e Carajás, no âmbito da execução dos serviços tratados no Item 1.

¹ Preço médio da passagem aérea em voos domésticos.

Cumpra salientar, ainda, que a contratada deverá utilizar os procedimentos discriminados na Resolução nº 2.598/2014, regulamentada pela Instrução de Serviço Dir. AA nº 01/2014, quais sejam:

7.1. Deverá cotar os preços das passagens para todos os voos, de todas as Companhias aéreas, no intervalo de 01 hora, para mais ou para menos, em relação ao horário de viagem solicitado;

7.2. Deverá adquirir o bilhete aéreo de menor preço, correspondente à classe turística ou econômica, devendo, para fins de comprovação, anexar a relação de todos os voos cotados e seus respectivos preços.

b) **Hospedagem:** o BNDES estimou o valor de R\$ 52.500,00, limitados aos valores praticados pelo Banco, e sujeitos a reajuste nos termos da Política de Gastos com Viagens vigente no BNDES, a qual é atualmente ditada pela Resolução nº 2.598/2014 e pela Instrução de Serviço Dir. AA nº 01/2014.

Despesas	Nº estimado*	Valores Praticados	Total
Hospedagem	150	Até R\$ 350,00	Até R\$ 52.500,00

*considerando o prazo de 60 (sessenta) meses.

A comprovação dos gastos supramencionados deverá ser feita mediante envio ao BNDES de relatório dos gastos efetuados com passagens aéreas e hospedagem a serem discriminados individualmente e acompanhados dos respectivos documentos comprobatórios (notas fiscais, cartões de embarque, cotações de passagem aérea, etc.), em até 10 (dez) dias úteis da realização de cada viagem.

De posse de toda documentação necessária, o BNDES providenciará o crédito do devido valor na conta-corrente do contratado, tão logo seja cumprido todo seu trâmite administrativo interno, até o limite global de **R\$ 117.500,00 (cento e dezessete mil e quinhentos reais)**, que será o valor máximo a ser pago pelas respectivas despesas no curso deste contrato.

8. Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato

O BNDES e o futuro Contratado têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo futuro Contratado a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado da data da proposta e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do índice IPCA/IBGE, acumulado no respectivo período, sobre o valor contratado.

A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/93, poderá ser realizada por iniciativa do BNDES ou mediante solicitação do futuro Contratado, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações de qualquer uma das partes.

9. Obrigações do Contratado

As principais obrigações do contratado, no que atine à execução do objeto a ser contratado, serão as seguintes:

a) Observar, na execução do objeto do contrato, todas as condições estabelecidas na sua proposta e neste Projeto Básico;

b) Manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas na ocasião da contratação, comprovando, sempre que solicitado pelo BNDES a regularidade perante a Receita Federal, assim como em relação às demais exigências contratuais;

c) Reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos ou mão-de-obra, em toda a área envolvida na execução do objeto, bem como por erros ou falhas na execução ou administração do contrato, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Gestora do contrato;

d) Cumprir, durante a execução do contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se desde já, que o BNDES poderá descontar de qualquer crédito do contratado a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha a efetuar por imposição legal;

e) Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional, cumprindo todas as determinações do BNDES;

f) Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pela Gestora do contrato;

g) Entregar ao BNDES, no ato da contratação, Termo de Confidencialidade assinado.

10. Dispensa da Exigência de Garantia

Considerando o fato de que o pagamento será efetuado somente após a entrega efetiva dos relatórios, a Equipe do AIB/DEINB propõe a dispensa da exigência de garantia por entender que tal condição oneraria desnecessariamente a contratação. Isso porque representaria um custo a ser

suportado pela contratada, que repercutiria no valor cobrado pelo objeto fornecido.

11. Alocação De Recursos

Os recursos originários do BNDES sairão à conta do orçamento administrativo do BNDES, rubrica orçamentária nº 3102200020/ Assessoria Técnica, Unidade Orçamentária BN 42004000.

12. Vigência

Dada a necessidade contínua dos serviços a serem prestados, o prazo contratual será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8666/93.

Ressalte-se que será inserida cláusula de rescisão no instrumento contratual a ser posteriormente firmado, facultando o BNDES a rescindir unilateralmente o contrato, caso (i) o contratado não atenda às exigências estabelecidas no contrato; (ii) o contratado descumpra disposição contratual expressa e/ou obrigação constante do item 9 acima; ou (iii) o BNDES julgue, a seu critério, que a contratação tornou-se desnecessária, hipótese em que a contratada será ressarcida das despesas eventualmente efetuadas.

13. Confidencialidade

O profissional contratado firmará compromisso de confidencialidade com o BNDES em relação aos materiais, documentos e quaisquer informações fornecidas pelo Banco, consubstanciado nas obrigações dispostas a seguir:

- a. Manter sigilo das informações;
- b. Limitar o acesso às informações aos profissionais que estejam envolvidos na execução do objeto do CONTRATO;
- c. Notificar prontamente o BNDES sobre divulgação ou uso não autorizado destas informações e seguir todos os passos indicados pelo BNDES para remediar divulgação ou uso indevido;
- d. Assegurar que as pessoas com acesso às informações de caráter sigiloso estejam cientes da sua natureza confidencial e das obrigações decorrentes deste fato.

14. Penalidades

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, o contratado ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa de até 0,30% (trinta centésimos por cento), por dia de atraso na entrega de relatórios, incidente sobre o valor da parcela referente aos relatórios não entregues, limitado a 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;
- III. Multa de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto no inciso anterior, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida.

KACLS

Elaborador: TPFDC em 11/05/2015

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Prezados Senhores,

Encaminho proposta para acompanhamento e avaliação dos trabalhos de exploração e pesquisa geológicas, que estão sendo desenvolvidos pela VALE S.A ("VALE"), na Província Mineral de Carajás, de acordo com o estabelecido nos contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), números 97.2.051.11 e 85.2.032.3.1.

1. Atividades de Acompanhamento e Avaliação.


1.1. Atividades

Para o adequado e a correta avaliação desses trabalhos, são propostas as seguintes atividades:

- 1.1.1. Acompanhamento trimestral dos registros dos direitos minerários, inerentes aos contratos, avaliando as razões das alterações ocorridas no período, bem como as ações administrativas e jurídicas tomadas pela VALE na defesa desses direitos, junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).
- 1.1.2. Acompanhamento dos trabalhos de exploração e pesquisa geológicas, desenvolvidos pela VALE na Província Mineral de Carajás, com análise e avaliação dos resultados obtidos.
- 1.1.3. Análise dos relatórios semestrais apresentados pela VALE, relativos aos referidos Contratos.

1.2. Ações Necessárias

Para o desempenho dessas atividades, serão necessárias as seguintes ações, com viagens de acompanhamento e avaliação:


Julie M. P. zur Nedden
Coordenadora de Serviços
AA/DEJUR/GFJUR2



- 1.2.1. Viagens trimestrais ao Departamento de Desenvolvimento de Pesquisas Minerais da VALE, em Belo Horizonte, preferencialmente na primeira quinzena dos meses de março, junho, setembro e dezembro, para verificação da situação dos direitos minerários inerentes aos contratos e avaliação das razões das alterações que tenham ocorrido.
- 1.2.2. Viagens semestrais ao Departamento de Desenvolvimento de Pesquisas Minerais da VALE, em Belo Horizonte, preferencialmente na primeira quinzena dos meses de março e setembro, para prévia avaliação dos trabalhos de exploração e de pesquisa geológicas, realizados na Província Mineral de Carajás, no semestre anterior.
- 1.2.3. Viagens semestrais a Carajás, preferencialmente na primeira quinzena de maio e na primeira quinzena de outubro, para acompanhamento e avaliação dos trabalhos de exploração e pesquisa geológicas, realizados no semestre anterior, estando incluídas visitas aos alvos onde houve um progresso mais significativo.
- 1.2.4. Recebimento, análise e avaliação do Relatório de Atividades Exploratórias em Carajás e Direitos Minerários, elaborado semestralmente pela VALE.

1.3. Produtos.

Como resultados dessas atividades e ações, serão apresentados os seguintes produtos:

- 1.3.1. Relatórios trimestrais relativos à avaliação da situação dos direitos minerários, entregues ao BNDES, até o décimo dia útil, preferencialmente nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.



- 1.3.2. Relatórios semestrais com os dados mais significativos das reuniões de avaliação junto ao Departamento de Desenvolvimento de Pesquisas Minerais da VALE, em Belo Horizonte, entregues ao BNDES até o décimo dia útil do mês subsequente à viagem.
- 1.3.3. Relatórios semestrais das atividades em Carajás, para avaliação dos trabalhos de exploração e pesquisa geológicas, entregues ao BNDES até o décimo dia útil do mês subsequente à viagem.
- 1.3.4. Relatórios Semestrais da Análise e Avaliação Crítica do Relatório de Atividades Exploratórias em Carajás e Direitos Minerários, elaborado semestralmente pela VALE, entregues ao BNDES até o décimo dia útil, preferencialmente nos meses de maio e novembro.

2. Atividades Ad Hoc, realizadas de forma extraordinária.

- 2.1. Realização de estudos específicos que contenham argumentações técnicas, com alternativas para maximizar o retorno econômico do investimento do Banco.
- 2.2. Auxílio na definição de fórmulas para o cálculo dos *royalties*.
- 2.3. Acompanhamento da implantação da lavra e do aproveitamento dos ativos minerais inerentes aos contratos.
- 2.4. Avaliações e estudos relativos aos Contratos.

As atividades Ad Hoc serão realizadas de forma excepcional, quando solicitadas.

3. Reuniões.

O consultor ficará à disposição do BNDES para participar de reuniões, com os profissionais dos BNDES, para qualquer esclarecimento sobre a geologia e o desenvolvimento dos trabalhos nos projetos que fazem parte dos Contratos.



4. Preço e condições de pagamento.

4.1. Valor da hora de consultoria

É proposto o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por hora de consultoria.

4.2. Horas anuais estabelecidas para as atividades de acompanhamento e avaliação.

São estabelecidas 480 horas anuais de serviços de consultoria para a realização das atividades de acompanhamento e avaliação (parágrafo 1).

4.3. Valor anual do contrato de consultoria

O valor anual do contrato de consultoria, para as atividades de acompanhamento e avaliação, é de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

4.4. Forma de pagamento.

Os pagamentos serão efetuados trimestralmente, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), após a verificação do cumprimento das atividades propostas no parágrafo 1.

5. Despesas de viagens.

São consideradas despesas de viagem os gastos realizados com passagens aéreas, hospedagem, transporte terrestre intra e intermunicipal e alimentação, devidamente comprovados.

5.1. Passagens aéreas.

Estão previstas 10 viagens anuais (ida e volta), no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). As viagens deverão ser realizadas a Belo Horizonte e a Parauapebas (Carajás).



Foi estimado o valor médio de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por viagem.

Deverão ser utilizados os procedimentos discriminados na Resolução nº 2.598/2014, regulamentada pela Instrução de Serviço Dir. AA nº 01/2014:

Cotação dos preços das passagens para todos os voos, de todas as companhias aéreas, no intervalo de uma hora, para mais ou para menos, em relação ao horário solicitado.

Aquisição do bilhete aéreo de menor preço, correspondente à classe turística ou econômica, devidamente comprovada com a relação de todos os voos cotados e seus respectivos preços.

5.2. Hospedagem.

Estão previstos gastos com hospedagem em Belo Horizonte e Parauapebas. Eventualmente, também poderá haver gastos com hospedagem em Canaã do Carajás ou Tucumã, quando por necessidade de visita a determinado projeto, for recomendável o pernoite nessas cidades, situadas na Província Mineral de Carajás.

Foram estimados 30 pernoites anuais, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais, limitados aos valores praticados pelo Banco, e sujeitos a reajuste nos termos da Política de Gastos com Viagens vigente no BNDES.

5.3. Transporte terrestre.

As despesas com transporte terrestre são da responsabilidade financeira do consultor.

5.4. Alimentação.

As despesas com alimentação são da responsabilidade financeira do consultor.



6. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

No caso do contrato a ser firmado, entre o BNDES e o consultor, supere o prazo de um ano, será praticado o devido equilíbrio econômico-financeiro, em consonância com as normas seguidas pelo Banco.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015.



Geólogo Breno Augusto dos Santos
Consultor
CREA-SP 0600.19023.4
CONFEA 260.112.931-0

ANEXO III AO CONTRATO OCS Nº 123/2015
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO

BRENO AUGUSTO DOS SANTOS, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº 123/2015, celebrado em 10/04/2015, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº 123/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de

confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 123/2015, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 123/2015, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA


As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

DE ACORDO,

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015.



BRENO AUGUSTO DOS SANTOS


Julia M. P. zur Nedden
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2